



35000.902513/2019-58



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - POSTO AVANÇADO BITURUNA/PR
PROJUDI
Rua Maximiliano Gresele, 77 - Centro - Bituruna/PR - CEP: 84.640-000 - Fone: (42) 3553-2144
E-mail: vlus@tjpr.jus.br



Autos nº. 0012848-68.2017.8.16.0174.0004

Processo: 0012848-68.2017.8.16.0174
Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível
Assunto Principal: Indenização por Dano Moral
Valor da Causa: R\$8.885,20
Polo Ativo(s): • IRENA BORGES DE SOUZA (RG: 109712256 SSP/PR e CPF/CNPJ:
757.585.479-72)
RUA ANTONIO HUMBERTO BENVENUTTI, 76 - SAO FRANCISCO -
BITURUNA/PR
Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74) *
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477 9º andar, Bloco B - Itaim Bibi - SÃO
PAULO/SP - CEP: 04.538-133

Bituruna, 27 de agosto de 2019.

ARMP

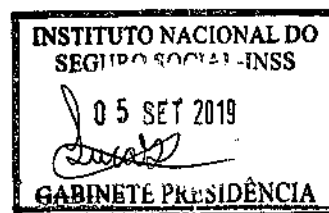
Ilmo. Sr.
PRESIDENTE DO INSS
Renato Rodrigues Vieira
Setor de Autarquias Sul Q. 2 Bloco O BL O - Asa Sul, Brasília - DF, 70070-946

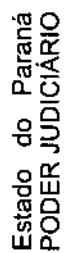
Prezado(a) Senhor(a),

Através do presente solicito a Vossa Senhoria as providências necessárias, para que para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas ao INSS, eis que estão flagrantemente burlando as leis que regem essa matéria (Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Atenciosamente,

JEANE CARLA FURLAN
Juíza de Direito Supervisora
(assinatura digital)





TRIBUNAL DE JUSTIÇA

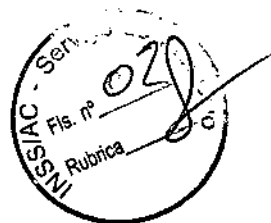
100.00



Destinatário: PRESIDENTE DO INSS
SAUS Quadra 2 Bloco O, B2
Asa Sul
70070-946 Brasília/DF
Obs.: Of.12848-68.2017

610780/01
Data Page

AR





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.001.0 - GABINETE DA PRESIDÊNCIA, em 10 / 09/2019

Ref.: Proc. 35000.002513/2019-58
(Sipps nº 491.104.479)

Int.: Comarca de União da Vitória -
Tribunal Judiciário do Estado
do Paraná

Ass.: Proc. 0012848-68.2017.8.16.0174
IRENA BORGES DE SOUZA e
Banco BMG SA

Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios para exame e pronunciamento, a fim de subsidiar resposta ao Juízo competente.

Sidarta Costa de A. Souza
SIDARTA COSTA DE AZEREDO SOUZA
Chefe de Gabinete da Presidência

rmst d.beneficiounivit10

Consulta de Empréstimo Consignado

Usuário: Lauro Iatski Junior

Consulta de Empréstimos

Os campos precedidos com asterisco(*) são de preenchimento obrigatório

1 - Exija sempre a sua via do contrato de empréstimo pessoal e/ou cartão de crédito.

2 - Para contratar crédito compareça a agência da Instituição Financeira conveniada, não aceite a abordagem de terceiros ou por telefone.

Informações do benefício

Número do benefício: 0772861463

Nome do segurado: IRENA BORGES DE SOUZA

Espécie: 93-PENSAO POR MORTE ACIDENTE DO TRABALHO

Pagamento através de: CONTA-CORRENTE

Situação do benefício: ATIVO

Possui representante legal / procurador: NÃO

Pensão alimentícia: NÃO

Bloqueado para empréstimo: NÃO

Valor da MR: R\$ 998,00 Valor referente ao pagamento da competência 09/2019

Base de cálculo da margem consignável: R\$ 998,00

Margem atual disponível para empréstimo: R\$ 55,50 5.6 %

Margem atual disponível para cartão: R\$ 0,00 0.0 %



Empréstimos Bancários

Contrato	Banco	In. Contrato	In. Desconto	Pln. Desconto	Qt. Inclusão	Qt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Vi. Empréstimo	Vi. Parcela	Parcela/Total
0000000000003682906 - (Empréstimo por Consignação)	041 - BANRISUL	30/12/2016	01/2017	-	03/01/2017	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 4.397,77	R\$ 133,15	33 / 72
0000000000003686148 - (Empréstimo por Consignação)	041 - BANRISUL	19/12/2016	01/2017	2016/12	29/12/2016	03/01/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.007,29	R\$ 133,15	01 / 48
309182637-8 - (Empréstimo por Consignação)	823 - PAN	15/02/2016	03/2016	-	18/02/2016	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 908,79	R\$ 27,50	43 / 72
553667116 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/01/2016	12/2015	-	29/11/2015	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 533,69	R\$ 16,00	48 / 72
51-338788713310 - (Empréstimo por Consignação)	739 - BANCO CETELEM	27/07/2015	08/2015	-	29/07/2015	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 452,42	R\$ 13,00	50 / 72
55-2985525/14 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	04/11/2014	12/2014	-	19/11/2014	-	Ativo	NÃO	NÃO	R\$ 1.918,11	R\$ 54,25	58 / 72
58-2983053/14 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	05/11/2014	12/2014	2016/12	19/11/2014	28/12/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.707,77	R\$ 133,15	25 / 72
50-2329257/14 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	02/04/2014	04/2014	2019/03	02/04/2014	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 448,71	R\$ 13,80	60 / 60
51-1748412/13 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	26/07/2013	09/2013	2014/11	07/08/2013	19/11/2014	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.763,94	R\$ 54,25	15 / 60
50-1715561/13 - (Empréstimo por Consignação)	707 - BANCO DAYCOVAL	04/07/2013	09/2013	2014/11	04/07/2013	19/11/2014	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 4.329,38	R\$ 133,15	18 / 60
533201300 - (Empréstimo por Consignação)	029 - ITAU CONSIGNADO	07/06/2013	05/2013	2015/11	10/04/2013	29/11/2015	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 521,17	R\$ 16,00	31 / 60
231601366 - (Empréstimo por Consignação)	655 - BCO. VOTORANTIM	07/05/2012	04/2012	2013/07	28/03/2012	05/08/2013	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 799,02	R\$ 26,00	16 / 58
231601338 - (Empréstimo por Consignação)	655 - BCO. VOTORANTIM	07/05/2012	04/2012	2013/07	28/03/2012	05/08/2013	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 868,16	R\$ 28,25	16 / 58
770140793 - (Empréstimo por Consignação)	001 - BRASIL	24/01/2011	02/2011	2012/02	28/01/2011	20/02/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.400,00	R\$ 44,81	13 / 60
761312639 - (Empréstimo por Consignação)	001 - BRASIL	05/03/2010	09/2010	2012/02	08/08/2010	20/02/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.400,00	R\$ 42,03	18 / 60
753888959 - (Empréstimo por Consignação)	001 - BRASIL	19/03/2010	04/2010	2012/02	20/03/2010	20/02/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.500,00	R\$ 44,60	23 / 60
194543518 - (Empréstimo por Consignação)	655 - BCO. VOTORANTIM	07/01/2010	12/2009	2012/03	08/11/2009	29/03/2012	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 890,00	R\$ 28,25	28 / 60
310257782 - (Empréstimo por Consignação)	655 - BCO. VOTORANTIM	07/06/2007	05/2007	2010/04	26/04/2007	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 210,00	R\$ 9,34	36 / 36
190816278 - (Empréstimo por Consignação)	655 - BCO. VOTORANTIM	07/02/2008	01/2008	2010/12	09/12/2007	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 820,31	R\$ 38,44	36 / 36
706795250 - (Empréstimo por Consignação)	001 - BRASIL	11/10/2005	11/2005	2008/10	12/11/2005	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 1.500,00	R\$ 68,09	36 / 36

Reserva de Margem para Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Início Contrato	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Limite Cartão	VL. Reservado
11341775	318 - BANCO BMG	01/11/2015	03/02/2017	10/09/2019	Suspensão	NÃO	SIM	R\$ 1.103,00	R\$ 49,90
9512468	318 - BANCO BMG	01/11/2015	22/03/2016	03/02/2017	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.576,00	R\$ 44,00
7912883	318 - BANCO BMG	01/11/2015	29/11/2015	22/03/2016	Excluído	NÃO	SIM	R\$ 1.576,00	R\$ 39,40

Descontos de Cartão de Crédito

Contrato	Banco	Comp. Desc.	Dt. Inclusão	Dt. Exclusão	Situação	Excl. APS	Excl. Banco	Saldo Devedor	VL. Desconto	Unid. Mo
07286146300092019	318 - BANCO BMG	09/2019	30/06/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300062019	318 - BANCO BMG	08/2019	30/07/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300072019	318 - BANCO BMG	07/2019	29/06/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300062019	318 - BANCO BMG	06/2019	31/05/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300052019	318 - BANCO BMG	05/2019	25/04/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300042019	318 - BANCO BMG	04/2019	26/03/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300032019	318 - BANCO BMG	03/2019	25/02/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300022019	318 - BANCO BMG	02/2019	24/01/2019	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300012019	318 - BANCO BMG	01/2019	24/12/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 3,90
07286146300122018	318 - BANCO BMG	12/2018	07/12/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300112018	318 - BANCO BMG	11/2018	07/11/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300102018	318 - BANCO BMG	10/2018	04/10/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300092018	318 - BANCO BMG	09/2018	06/09/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300082018	318 - BANCO BMG	08/2018	05/08/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300072018	318 - BANCO BMG	07/2018	05/07/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300062018	318 - BANCO BMG	06/2018	01/06/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300052018	318 - BANCO BMG	05/2018	26/04/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300042018	318 - BANCO BMG	04/2018	24/03/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300032018	318 - BANCO BMG	03/2018	25/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300022018	318 - BANCO BMG	02/2018	06/02/2018	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300012018	318 - BANCO BMG	01/2018	24/12/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 3,90
07286146300122017	318 - BANCO BMG	12/2017	23/11/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,69	R\$ 38,69	R\$ 0,00
07286146300112017	318 - BANCO BMG	11/2017	21/10/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,50	R\$ 38,50	R\$ 0,00
07286146300102017	318 - BANCO BMG	10/2017	24/09/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,50	R\$ 38,50	R\$ 0,00
07286146300092017	318 - BANCO BMG	09/2017	22/08/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,50	R\$ 38,50	R\$ 0,00
07286146300082017	318 - BANCO BMG	08/2017	23/07/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,50	R\$ 38,50	R\$ 0,00
07286146300072017	318 - BANCO BMG	07/2017	22/06/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,50	R\$ 38,50	R\$ 0,00
07286146300062017	318 - BANCO BMG	06/2017	23/05/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,50	R\$ 38,50	R\$ 0,00
07286146300052017	318 - BANCO BMG	05/2017	25/04/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 38,50	R\$ 38,50	R\$ 0,00
07286146300042017	318 - BANCO BMG	04/2017	22/03/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 42,81	R\$ 42,81	R\$ 0,00
07286146300032017	318 - BANCO BMG	03/2017	22/02/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 42,81	R\$ 42,81	R\$ 0,01
07286146300022017	318 - BANCO BMG	02/2017	23/01/2017	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 43,76	R\$ 43,76	R\$ 0,01
07286146300012017	318 - BANCO BMG	01/2017	22/12/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 43,76	R\$ 43,76	R\$ 0,00
07286146300122016	318 - BANCO BMG	12/2016	26/11/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 43,76	R\$ 43,76	R\$ 0,01
07286146300112016	318 - BANCO BMG	11/2016	22/10/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 43,76	R\$ 43,76	R\$ 0,01
07286146300102016	318 - BANCO BMG	10/2016	27/09/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 43,76	R\$ 43,76	R\$ 0,01
07286146300092016	318 - BANCO BMG	09/2016	24/08/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 42,02	R\$ 42,02	R\$ 0,01
07286146300082016	318 - BANCO BMG	08/2016	22/07/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 42,10	R\$ 42,10	R\$ 0,01
07286146300072016	318 - BANCO BMG	07/2016	22/06/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 42,23	R\$ 42,23	R\$ 0,01
07286146300062016	318 - BANCO BMG	06/2016	25/05/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 42,30	R\$ 42,30	R\$ 0,01
07286146300052016	318 - BANCO BMG	05/2016	20/04/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 42,43	R\$ 42,43	R\$ 0,01
07286146300042016	318 - BANCO BMG	04/2016	22/03/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 39,40	R\$ 39,40	R\$ 0,02
07286146300032016	318 - BANCO BMG	03/2016	23/02/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 39,40	R\$ 39,40	R\$ 5,03
07286146300022016	318 - BANCO BMG	02/2016	22/01/2016	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 39,40	R\$ 39,40	R\$ 0,18
07286146300012016	318 - BANCO BMG	01/2016	29/12/2015	-	Encerrado	NÃO	NÃO	R\$ 39,40	R\$ 39,40	R\$ 1.074,99



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE UNIÃO DA VITÓRIA - POSTO AVANÇADO BITURUNA -
PROJUDI

Rua Maximiliano Gresele, 77 - Centro - Bituruna/PR - CEP: 84.640-000 - Fone: (42) 3553-2144 -

E-mail: vlus@tjpr.jus.br

Autos nº. 0012848-68.2017.8.16.0174

Processo: 0012848-68.2017.8.16.0174

Classe Processual: Procedimento do Juizado Especial Cível

Assunto Principal: Indenização por Dano Moral

Valor da Causa: R\$8.885,20

Polo Ativo(s): • IRENA BORGES DE SOUZA (RG: 109712256 SSP/PR e CPF/CNPJ: 757.585.479-72)

RUA ANTONIO HUMBERTO BENVENUTTI, 76 - SAO FRANCISCO - BITURUNA/PR

Polo Passivo(s): • BANCO BMG SA (CPF/CNPJ: 61.186.680/0001-74)

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477 9º andar, Bloco B - Itaim Bibi - SÃO PAULO/SP - CEP: 04.538-133

Vistos etc.

À Secretaria que retire os autos do sobrestamento.

Trata-se de ação de restituição de indébito combinada com indenização por danos morais ajuizada por IRENA BORGES DE SOUZA em face de BANCO BMG, em que a parte autora sustentou, em síntese, que pretendia contratar um empréstimo consignado e acabou contratando cartão de crédito consignado.

Em contrapartida, a ré aduziu que a modalidade aderida está regular, não havendo qualquer vício de consentimento em relação ao pacto. Arguiu a inexistência de danos morais, opondo-se ainda à repetição de indébito.

É a síntese do essencial.

Decido.

Primeiramente, ressalto que, em nova análise, vislumbro que a lide não está afetada pelo Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas N. 1.746.707-5, pois nele trata-se do prazo prescricional e respectivo termo inicial das pretensões de declaração de inexistência de empréstimo consignado c/c pedidos de repetição de indébito e de indenização por danos morais, embasadas na contratação fraudulenta de empréstimo consignado em nome de indígena/analfabeto, e, em que pese a parte autora ser analfabeta, conforme documento anexado à exordial, a alegação inicial não está baseada em qualquer fraude, uma vez tendo a requerente assumido que de fato contratou o empréstimo, existindo vício somente quanto à modalidade aderida.

Não se vislumbra, portanto, qualquer contratação FRAUDULENTA que seria afetada pelo Tema 012, inclusive porque nem sequer há pedido de nulidade contratual diante de eventual fraude de terceiros etc.

Ressalte-se, ademais, que considerando o analfabetismo da autora, o contrato entabulado é anulável, contudo, não há pedido em relação a isto. Os outros contratos mencionados pela requerente em audiência de instrução, dos quais afirma não ter recebido a

transferência do valor, também não podem ser analisados neste processo, tendo em vista que os outros bancos sequer estão no polo passivo, além dos limites da demanda fixados pela petição inicial, consoante os princípios da congruência e adstrição.

Vencidas essas questões, ausentes nulidades ou outras preliminares e prejudiciais, passo ao mérito.

A matéria apresentada ao juízo deve ser analisada sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a parte autora é considerada consumidora, na forma do artigo 2º da Lei nº. 8.078/90 (CDC) e o réu fornecedor de serviços, consoante a disposição legal contida no artigo 3º da mesma legislação.

Embora tenha decidido anteriormente de outra forma, atualmente filio-me ao entendimento adotado pela nossa Turma Recursal ao analisar inúmeros processos da mesma natureza.

Pois bem.

O empréstimo consignado em benefício previdenciário decorrente de contrato de cartão de crédito é expressamente previsto na Lei 13.172/15 (artigo 6º, §5º), sendo que a retenção da Reserva de Margem Consignável (RMC) é autorizada a contratos de empréstimo consignado por cartão de crédito, "desde que expressamente autorizada" (Instrução Normativa do INSS n. 39/2009, art. 3º, item III).

No caso em apreciação, o autor não se desincumbiu do ônus de provar (CPC, artigo 373, I) a ocorrência de falha no dever de informação (CDC, artigo 6º, III) ou de algum vício do consentimento no momento da celebração do contrato.

O fato de acreditar estar firmando contrato de empréstimo consignado propriamente dito e posteriormente constatar que a cobrança se opera pelo desconto de fatura mínima junto a cartão de crédito consignado não invalida o negócio jurídico expressamente admitido por lei e com cláusulas redigidas de forma compreensível.

Além disso, em momento algum o autor questionou a veracidade da assinatura aposta no contrato ou negou o recebimento do crédito, evidenciando, assim, a sua expressa adesão ao crédito consignado. Há prova de que a autora efetuou o saque (seq. 17.6).

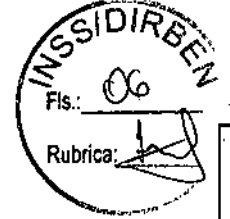
Entretanto, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução porque ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor.

Daí por que deve ser declarada a nulidade da cláusula contratual que permite o desconto contínuo de valor proporcional do mútuo pela fatura mínima do cartão sem data correta para quitação integral da dívida visto que:

- a) estabelece obrigações abusivas (CDC, artigo 51, IV);
- b) está em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (CDC, artigo 51, XV); e,
- c) onera demasiadamente o consumidor (CDC, artigo 51, §1º, III).

A referida nulidade da cláusula contratual não invalida o contrato (CDC, artigo 51, § 2º).

Em observância ao princípio da boa-fé objetiva (CC, artigo 422) e para evitar o enriquecimento ilícito da parte, uma vez que o valor do crédito foi depositado em conta corrente do consumidor, se faz necessário adequar o contrato nos seguintes termos:



a) o montante recebido à título de crédito pela parte autora deverá continuar a ser objeto de desconto junto à margem consignável. O desconto, todavia, não se dará sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito, mas sim pelo saldo residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC, tão somente até a quitação pelo valor nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, pois não há previsão no contrato (que prevê somente encargos para cartão de crédito), sendo esta a consequência do reconhecimento da abusividade da cláusula contratual.

Em síntese: os pagamentos já efetuados serão abatidos de eventual saldo devedor existente, prosseguindo-se os descontos pelo valor fixo já estipulado junto a RMC em tantas parcelas quanto suficientes para alcançar a quitação do valor já recebido pelo autor.

Por sua vez, não é cabível a restituição em dobro dos valores pagos (CDC, artigo 42, parágrafo único) porque não se afigura hipótese de engano justificável e muito menos de má-fé da instituição financeira.

Mas, havendo quitação com pagamento a maior, situação a ser aferida em cumprimento de sentença, deverá o montante residual que extrapolar o valor nominal ser restituído em dobro à parte autora acrescido de correção monetária e juros legais (CDC, art. 42, parágrafo único, parte final), porque aí resta configurado pagamento indevido.

Da mesma maneira, não é cabível indenização por danos morais em face da absoluta ausência de provas de qualquer repercussão nos direitos da personalidade da parte autora. Trata-se, na realidade, de mero prejuízo material, já compensado com a restituição dos valores pagos a maior.

No mesmo sentido, é o entendimento da Turma Recursal:

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM RESTRIÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL. VÍCIO DE CONSENTIMENTO NÃO COMPROVADO. DEFEITO DO NEGÓCIO JURÍDICO APENAS QUANDO DA EXECUÇÃO. DÍVIDA VIRTUALMENTE IMPAGÁVEL. ONEROSIDADE EXCESSIVA. NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL QUE PERMITE DESCONTO CONTÍNUO DE VALOR PROPORCIONAL AO MÚTUO PELA FATURA MÍNIMA DE CARTÃO DE CRÉDITO. REPETIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS INDEVIDOS. REVISÃO DO CONTRATO. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA SENTENÇA. RECURSO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO. Recurso Inominado nº 0054219-85.2017.8.16.0182 1º Juizado Especial Cível de Curitiba (Matéria Bancária) Recorrente(s): NELSON FERREIRA JUVENAL Recorrido(s): BANCO BMG SA Relator: Alvaro Rodrigues Junior. Recurso Inominado nº 0000279-20.2018.8.16.0103 Juizado Especial Cível da Lapa Recorrente(s): BANCO BMG SA Recorrido(s): LORECI DE FATIMA DOS SANTOS GODOI Relator: Alvaro Rodrigues Junior

EMENTA: RECURSO INOMINADO. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM RESTRIÇÃO DE MARGEM CONSIGNÁVEL. REPETIÇÃO EM DOBRO E DANOS MORAIS INDEVIDOS. RECURSO DA PARTE AUTORA DESPROVIDO Recurso Inominado nº 0021991-13.2017.8.16.0035 2º Juizado Especial Cível de São José dos Pinhais Recorrente(s): Ilena Cardoso Pampuch Recorrido(s): BANCO BMG SA Relator: Alvaro Rodrigues Junior.

À luz do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, formulado por IRENA BORGES DE SOUZA em face de BANCO BMG S.A., com fulcro no art. 487, I, CPC, a fim de:

DETERMINAR que a ré, no prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado adeque o contrato e os descontos, mantendo o desconto junto à margem consignável, sobre o saldo residual devedor e no montante fixo definido no extrato RMC (e não sobre valor mínimo descontado sobre fatura de cartão de crédito), tão somente até a quitação pelo valor

nominal, sem incidência de juros ou correção monetária, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00.

Como efeito secundário da sentença, determino que os valores pagos pela parte autora a título de TARIFA DE EMISSÃO DE CARTÃO, PROTEÇÃO PERDA ROUBO serão computados como parte da liquidação do empréstimo, vez que tais taxas não existem no empréstimo consignado propriamente dito, além do dever de evitar o enriquecimento ilícito.

Os valores cobrados a título de IOF em virtude de juros do rotativo, serão arcados pelo Banco requerido, uma vez que se a operação tivesse sido realizada apenas como consignado normal, incidiria uma única vez. Portanto, caberá a instituição financeira demonstrar de que forma efetuou a cobrança do IOF no valor depositado na TED. Caso haja cobrança após o crédito, esses valores deverão ser reembolsados à parte pelo requerido.

Verificada a quitação com pagamento a maior, situação a ser auferida pelo juízo singular e devidamente comprovada pela parte autora, CONDENAR a parte reclamada a restituir o montante residual que extrapolar o valor nominal, em dobro, com correção monetária a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação, observado o prazo prescricional trienal (Recurso Inominado 0002240-87.2017.8.16.0181, 0013751-38.2017.8.16.0131 e 0025416-14.2017.8.16.0014)

Estabeleço o prazo de 30 (trinta dias) após o trânsito em julgado desta sentença para a instituição financeira adequar o contrato e os descontos aos termos aqui definidos, sob pena de multa diária de R\$ 25,00 (art. 52, V, da Lei 9099/95, art. 537, parágrafo único do CPC), até o limite de R\$ 3.000,00.

Expeça-se ofício ao Banco Central para ciência da irregularidade na captação de clientes fora da instituição bancária vedada pela Instrução Normativa nº 28/08 do INSS, artigo 4º, I, considerando a hipossuficiência e hipervulnerabilidade do requerente, na forma do Estatuto do Idoso, artigos 2º, 3º e 4º.

Expeça-se ofício ao Presidente do INSS para que encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas àquele órgão, eis que estão flagrantemente burlando nas leis que regem essa matéria (Leis 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99; 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso.3.517/07. Neste diapasão que o DATAPREV verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017.

Intimem-se.

Sem ônus sucumbenciais, em decorrência do disposto no artigo 55 da Lei nº 9.099/1995, motivo pelo qual deixo de analisar eventual pedido de gratuidade.

Transitada em julgado, arquivem-se.

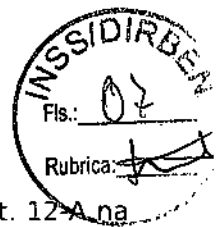
Diligências necessárias.

JEANE CARLA FURLAN^H

Juíza Supervisora

Advirto às partes que nos Juizados Especiais todos os prazos serão contados





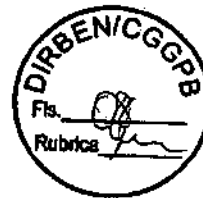
em dias úteis, consoante a Lei nº. 13.728 de 31 de outubro de 2018 que incluiu o art. 12-A na Lei nº. 9.099/95[1].

[1] Art. 12-A. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



1.500.502 – DIVISÃO DE CONSIGNAÇÕES EM BENEFÍCIOS, em __/__/2019.

Proc.: 35000.002513/2019-58

Ref.: Autos 0012848-68.2017.8.16.0174
(SIPPS 491104479)

Int.: Posto Avançado de Bituruna do Juizado Especial Cível de União da Vitória – Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Assunto: Número de contratos ativos de empréstimo consignado e cartão de crédito com reserva de margem consignável.

1. Trata-se de ação judicial proposta por Irena Borges de Souza (CPF 757.585.479-72) em face da instituição financeira Banco BMG SA (CNPJ 61.186.680/0001-74), contendo solicitação judicial para que o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS *“encete investigações sobre as atividades das Instituições Financeiras conveniadas ao INSS, eis que estão flagrantemente burlando as leis que regem essa matéria (Lei 8.212/91; 8.213/91; 8078/90; 10.820/03; 10.953/04 e Decretos 3.048/99, 4.688/03; 4.862/03; 4.840/03; 5.180/04; 5.257/04, além da resolução 1.559/88, com redação dada pela resolução 3.258/05 do Conselho Monetário nacional e Reso. 3.517/07”*, bem como para que a DATAPREV *“verifique se o número de contratos ativos atende a determinação da IN/INSS nº 89/2017”*.
2. O Instituto Nacional do Seguro Social não fez parte de nenhum dos polos do processo informado acima. Dessa forma, eventual penalidade administrativa, somente pode ser aplicada mediante procedimento administrativo com observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, corolários do devido processo legal.
3. Consultando a decisão judicial é possível verificar que a autoridade judiciária não observou qualquer ofensa apta a ensejar a invalidação do negócio jurídico pactuado entre as partes, declarando apenas a nulidade de uma cláusula contratual com base no CDC.
4. O número de contratos de empréstimos consignados e de reserva de margem



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



para cartão de crédito estão em conformidade com o limite imposto pelo inciso II do artigo 4º da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de maio de 2008, alterado pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 89, de 18 de outubro de 2017.

5. Face ao exposto acima, não restou configurada a violação de dispositivos normativos pela instituição financeira que justifique a aplicação das penalidades previstas no artigo 52 da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16 de Maio de 2008.

6. Feitas as considerações, esta Divisão de Consignações em Benefício - DCONB sugere arquivamento do presente procedimento administrativo.

7. Ante o exposto, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Gerenciamento de Pagamentos em Benefícios e Gestão de Serviços Previdenciários (01.500.5), para ciência e, se de acordo, encaminhamento à Diretoria de Benefícios (01.500), para ciência e posterior restituição ao Gabinete da Presidência – 01.001.0.

8. À DIRBEN – 01.500.


KARINA VIANA DE FREITAS
Chefe da Divisão de Consignações em Benefícios
Técnico do Seguro Social - Matrícula 1564475



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



01.500.5 – COORDENAÇÃO-GERAL DE GERENCIAMENTO DO PAGAMENTO E GESTÃO DE SERVIÇOS PREVIDENCIÁRIOS, em __/__/2019.

Proc.: 35000.002513/2019-58

Ref.: Autos 0012848-68.2017.8.16.0174
(SIPPS 491104479)

Int.: Posto Avançado de Bituruna do Juizado Especial Cível de União da Vitória – Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Assunto: Número de contratos ativos de empréstimo consignado e cartão de crédito com reserva de margem consignável.

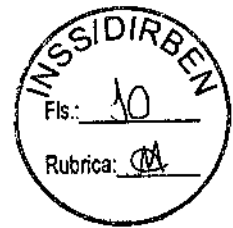
1. Ciente e de acordo.
2. Encaminhe-se à Diretoria de Benefícios (01.500) na forma proposta.


SAULO MILHOMEM DOS SANTOS

Coordenador-Geral de Gerenciamento de Pagamento e Gestão de Serviços Previdenciários



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



DIRETORIA DE BENEFÍCIOS -01.500, EM / /

Ref.:SIPPS 491104479

Interessado: Banco BMG/SA

Ass.: Número de contratos ativos de empréstimo consignado e cartão de crédito com reserva de margem consignável

1. Trata-se de comunicação de decisão judicial, proferida pelo Juizado Especial Cível da Comarca de União da Vitória, solicitando a adoção de providências para identificar eventuais falhas no procedimento da instituição financeira supracitada na contratação de cartão de crédito com desconto em benefício pelo INSS.
2. Segundo foi apurado no processo judicial a instituição financeira estaria criando a obrigatoriedade de desconto no benefício do valor mínimo, sem oportunizar, em consequência, que o beneficiário efetue o pagamento total da fatura e, em consequência, lhe impõe cobrança de juros nas parcelas posteriores ficando a dívida impagável.
3. As regras acerca da operacionalização do cartão de crédito vêm disciplinadas no art. 16 da Instrução Normativa nº 28/2008. Vejamos:

Art. 16. Nas operações de cartão de crédito serão considerados, observado, no que couber, o disposto no art. 58 desta Instrução Normativa:

I - Revogado pela Instrução Normativa INSS/PRESS nº 80, de 14 de agosto de 2015)

II - (alterado pela Instrução Normativa nº 92 /PRES/INSS, de 28 de dezembro de 2017)

II - o limite da reserva de margem consignável para o pagamento de despesas contraídas utilizando cartão de crédito e para uso com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito é de um, vírgula quarenta (1,40) vez o valor da renda mensal do benefício previdenciário;

III - a taxa de juros não poderá ser superior a três inteiros por cento (3%) ao mês, de forma que expresse o custo efetivo;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

IV - é vedada a cobrança da TAC e quaisquer outras taxas administrativas, exceto a prevista no inciso II do art. 15 e § 1º deste artigo; e

V - o beneficiário, ao constituir a RMC, não poderá ser onerado com a cobrança de qualquer custo adicional de manutenção ou anuidade, excetuando o previsto nesta Instrução Normativa, de forma que a taxa de juros expresse o custo efetivo do cartão de crédito.

§ 1º O titular do cartão de crédito poderá optar pela contratação de seguro contra roubo, perda ou extravio, cujo prêmio anual não poderá exceder R\$ 3,90 (três reais e noventa centavos).

§ 2º A instituição financeira não poderá aplicar juros sobre o valor das compras pagas com cartão de crédito quando o beneficiário consignar a liquidação do valor total da fatura em uma única parcela na data de vencimento.

4. Verifica-se, portanto, que não há autorização para obrigar ao desconto apenas da parcela única, ferindo a regra prevista no § 2º do art. 16, acima descrito, além de regras do direito do consumidor, o que foi apontado pelo Poder Judiciário na r. sentença.
5. Considerando o volume de reclamações de processos dessa natureza que tramitam na referida comarca, e que chegam ao conhecimento da Diretoria de Benefícios, em relação não só a instituição interessada como também a outras instituições financeiras, deverá ser instaurado processo administrativo para apuração de possíveis irregularidades nas condutas da Banco BMG/SA
6. Retorno o presente processo à Divisão de Consignações de Benefícios para as seguintes providências administrativas:
 - a) através do presente processo administrativo notificar à instituição financeira da ação judicial e conclusão, solicitando esclarecimentos sobre quais regras estão sendo estabelecidas para cobrança na modalidade de cartão de crédito, apresentando cópias dos referidos contratos de cartão de crédito e fatura para avaliação pelo INSS;
 - b) Concomitantemente, deverá ser encaminhado ofício à Secretaria de Defesa do Consumidor – SENACON, encaminhamento cópia da referida ação judicial para conhecimento e providências que entender cabíveis;
 - c) Encaminhar cópia ao Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil para conhecimento e avaliação da prática adotada pela referida instituição financeira em relação ao empréstimo na modalidade cartão de crédito.
7. Observe que todas as demandas judiciais que chegarem ao conhecimento do



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

INSS, em que se verifica, em tese, prática abusiva praticada por instituições bancárias, deverão ser adotados os procedimentos de **apuração das condutas praticadas** no âmbito administrativo e oficiar concomitantemente à SENACON e ao Departamento de Supervisão de Conduta do Banco Central do Brasil.

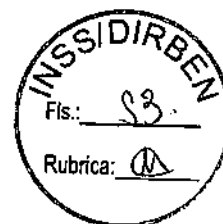

MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

-Ofício nº 617/DIRBEN/INSS



Brasília, 22 outubro de 2019.

Ao
BANCO BMG
Avenida Brigadeiro Faria Lima
9º andar, Bloco B- Itaim Bibi
São Paulo/SP

Prezado Dirigente

Cumprimentando-a cordialmente, informo-lhe a instauração do processos administrativo decorrente da notificação enviada pelo Poder Judiciário autos nº 0001346-98.2018.8.16.0174, 0011225.66.2017.8.16.0174, 0004186-81.2018.8.16.0174, 0010891-32.2017.8.16.0174, 0010985-77.2017.8.16.0174, 00043.18-41.2018.8.16.0174, 0010889-62.2017.8.16.0174, 0012848-68.2017.8.16.0174, 0010990-02.2017.8.16.0174.0002, 0011659-55.2017.8.16.0174, 0001208-34.2018.8.16.0174.0002, 0004008-35.2018.8.16.0174, 0004004-95.2018.8.16.0174, 0011220-44.2017.8.16.0174.0002, 0001628-39.2018.8.16.0174, 00020003492-15.2018.8.16.0174, 00020011660-40.2017.8.16.0174.0003, 0004010-05.2018.8.16.0174, 0004011-87.2018.8.16.0174, 0010920-82.2017.8.16.0174.0002 que tramitaram na Comarca de União da Vitória/PR, envolvendo operações de cartão de crédito com a instituição financeira BANCO.BMG S/A tendo sido o INSS intimado acerca da sentença.

Segundo consta na r. sentença anexa ao presente ofício, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável, em razão do decréscimo infimo do saldo devedor, concluindo se tratar de obrigação abusiva e em desacordo com os sistema de proteção ao consumidor (CDC).

O presente ofício tem como objetivo oportunizar a apresentação de defesa acerca dos fatos apontados no prazo de 10 dias, solicitando que apresentem o contrato celebrado com o beneficiário, as faturas em que envolvam o objeto de questionamento em juízo e demais informações que se fizerem necessárias para conclusão do processo administrativo de apuração.

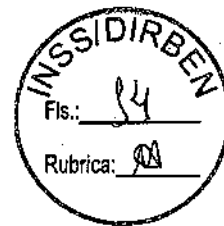
Atenciosamente,


MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº 678/DIRBEN/INSS



Brasília, de outubro de 2019.

À Senhora

FERNANDA VILELA OLIVEIRA

Coordenação de Sanções Administrativas da SENACON

Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Edifício Sede, Sala 522

Bairro Zona Cívico Administrativa - Brasília/DF.

CEP 70.064-900

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho-lhe para conhecimento cópias dos despachos que determinam a instauração do procedimento administrativo para apuração dos fatos apontados nas ações judiciais nº 0001346-98.2018.8.16.0174, 0011225.66.2017.8.16.0174, 0004186-81.2018.8.16.0174, 0010891-32.2017.8.16.0174, 0010985-77.2017.8.16.0174, 00043.18-41.2018.8.16.0174, 0010889-62.2017.8.16.0174, 0012848-68.2017.8.16.0174, 0010990-02.2017.8.16.0174.0002, 0011659-55.2017.8.16.0174, 0001208-34.2018.8.16.0174.0002, 0004008-35.2018.8.16.0174, 0004004-95.2018.8.16.0174, 0011220-44.2017.8.16.0174.0002, 0001628-39.2018.8.16.0174.00020003492-15.2018.8.16.0174.0002, 0011660-40.2017.8.16.0174.0003, 0004010-05.2018.8.16.0174, 0004011-87.2018.8.16.0174, 0010920-82.2017.8.16.0174.0002 que tramitaram na Comarca de União da Vitória/PR, envolvendo operações de cartão de crédito com a instituição financeira BANCO BMG S/A, tendo sido o INSS intimado acerca da sentença.

Segundo as r. sentenças anexas ao presente ofício, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável, em razão do decréscimo infimo do saldo devedor, concluindo se tratar de obrigação abusiva e em desacordo com os sistema de proteção ao consumidor (CDC).

Os procedimentos que deverão ser adotados pelas instituições financeiras que mantém acordos de cooperação técnica com o INSS, em relação à contração de cartão de crédito com desconto diretamente no benefício é regido pela Instrução Normativa nº 28/2008, com as alterações da Instrução Normativa nº 100/2018, são as seguintes:

Art. 20. Para a efetivação da consignação/retenção/constituição de RMC nos benefícios previdenciários, as instituições financeiras que firmarem convênio com o INSS deverão encaminhar à Dataprev, até o segundo dia útil de cada mês, conforme procedimentos previstos no protocolo de integração definido entre as partes, para processamento no referido mês.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Parágrafo único. Os comandos de exclusões de empréstimo/ RMC/cartão de crédito, não serão aceitos durante o período de processamento da folha de pagamento dos beneficiários da Previdência Social.

Art. 21. A instituição financeira, ao realizar as operações de consignação/retenção/constituição de RMC dos titulares de benefícios deverá, sem prejuízo de outras informações legais exigidas (art. 52 do Código de Defesa do Consumidor – CDC), observar a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições constantes da Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, e alterações posteriores, bem como dar ciência prévia ao beneficiário, no mínimo, das seguintes informações:

I - valor total com e sem juros;

II - taxa efetiva mensal e anual de juros;

III - todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;

IV - valor, número e periodicidade das prestações;

V - soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou o limite máximo previsto para cartão de crédito; e Página 14 de 37. VI - data do início e fim do desconto.

VII - valor da comissão paga aos terceirizados contratados pelas instituições financeiras para a operacionalização da venda do crédito, quando não for efetuado por sua própria rede. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)

VIII - o CNPJ da agência bancária que realizou a contratação quando realizado na própria rede, ou, o CNPJ do correspondente bancário e o CPF do agente subcontratado pelo anterior, acrescido de endereço e telefone. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)

Por força da Ação Civil Pública n.º 0106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, houve inclusão do Art. 21-A, com as seguintes determinações:

Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterà, necessariamente:

I - expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO", inserida na parte superior do documento e com



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



fonte em tamanho quatorze;

II - abaixo da expressão referida no inciso I do caput, em fonte com tamanho onze, o texto: "Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União";

III - nome completo, CPF e número do benefício do cliente;

IV - logomarca da instituição financeira;

V - imagem em tamanho real do cartão de crédito contratado, ainda que com gravura meramente ilustrativa;

VI - necessariamente como última informação do documento, espaço para preenchimento de local, data e assinatura do cliente;

VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:

a) Contratei um Cartão de Crédito Consignado;

b) Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;

c) A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;

d) Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
Página 16 de 37

e) Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional; (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)

f) Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que: (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



- 1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização;*
- 2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;*
- 3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;*
- 4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e*
- 5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios;*

g) Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com o (nome da instituição financeira) através do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC (identificar número telefônico) e de sua Ouvidoria (identificar número telefônico) (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)

Não há, portanto, nem mesmo no âmbito do INSS previsão que autorize a instituição financeira a impor a forma de pagamento do cartão de crédito apenas em parcela mínima, havendo da mesma forma, violação às regras vigentes acerca do empréstimo mediante cartão de crédito consignado.

Atenciosamente,


MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Ofício nº 679/DIRBEN/INSS



Brasília, de outubro de 2019.

Ào Senhor
SERGIO JOSE DE MESQUITA GOMES
Departamento de Supervisão de Conduta
Setor Bancário Sul Q. 3 BL B
Asa Sul, Brasília - DF
CEP 70074-900

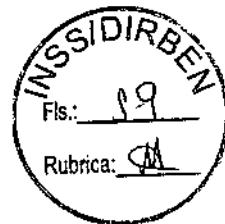
Prezado Senhor,

Cumprimentando-a cordialmente, encaminho-lhe para conhecimento cópia das intimações judiciais referente a ações judiciais nº 0011225-66.2017.8.16.0174.0002, 0011660-40.2017.8.16.0174.0003, 0010891-32.2017.8.16.0174.0002, 0004010-05.2018.8.16.0174, 0004011-87.2018.8.16.0174, 0010990-02.2017.8.16.0174.0002, 0004008-35.2018.16.0174, 0011659-55.2017.8.16.0174, 0004318-41.208.8.16.0174, 0004186-81.2018.8.16.0174.0001, 0001208-34.2018.8.16.0174.0002, 0010985-77.2017.8.16.0174.0002, 0003492-15.2018.8.16.0174.0002, 0011220-44.2017.8.16.16.0174.0002, 0001628-39.2018.8.16.0174.0002, 0012848-68.2017.8.16.0174.0004, 0010920-82.2017.8.16.0174.0002, 0004004-95.2018.8.16.0174, 000346-98.2018.8.16.0174.0002, 0010889-62.2017.8.16.0174.0002. que tramitam na Comarca de União da Vitória, envolvendo operações de cartão de crédito com a instituição financeira BANCO BMG S/A

Segundo a r. sentença anexa ao presente ofício, o defeito do negócio jurídico celebrado entre as partes se manifesta no momento de sua execução ao estabelecer o desconto de parcela mínima através de margem consignável decorrente de cartão de crédito, a dívida contraída se torna impagável, em razão do decréscimo ínfimo do saldo devedor, concluindo se tratar de obrigação abusiva e em desacordo com os sistema de proteção ao consumidor (CDC).

Os procedimentos que deverão ser adotados pelas instituições financeiras que mantém acordos de cooperação técnica com o INSS, em relação à contração de cartão de crédito com desconto diretamente no benefício é regido pela Instrução Normativa nº 28/2008, com as alterações da Instrução Normativa nº 100/2018, são as seguintes:

Art. 20. Para a efetivação da consignação/retenção/constituição de RMC nos benefícios previdenciários, as instituições financeiras que firmarem convênio com o INSS deverão encaminhar à Dataprev, até o segundo dia útil de cada mês, conforme procedimentos previstos no protocolo de integração definido entre as partes, para processamento no referido mês.



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Parágrafo único. Os comandos de exclusões de empréstimo/ RMC/cartão de crédito, não serão aceitos durante o período de processamento da folha de pagamento dos beneficiários da Previdência Social.

Art. 21. A instituição financeira, ao realizar as operações de consignação/retenção/constituição de RMC dos titulares de benefícios deverá, sem prejuízo de outras informações legais exigidas (art. 52 do Código de Defesa do Consumidor – CDC), observar a regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições constantes da Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, e alterações posteriores, bem como dar ciência prévia ao beneficiário, no mínimo, das seguintes informações:

I - valor total com e sem juros;

II - taxa efetiva mensal e anual de juros;

III - todos os acréscimos remuneratórios, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;

IV - valor, número e periodicidade das prestações;

V - soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou o limite máximo previsto para cartão de crédito; e Página 14 de 37 VI - data do início e fim do desconto.

VII - valor da comissão paga aos terceirizados contratados pelas instituições financeiras para a operacionalização da venda do crédito, quando não for efetuado por sua própria rede. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)

VIII - o CNPJ da agência bancária que realizou a contratação quando realizado na própria rede, ou, o CNPJ do correspondente bancário e o CPF do agente subcontratado pelo anterior, acrescido de endereço e telefone. (incluído pela Instrução Normativa INSS/PRES nº 43, de 19 de janeiro de 2010)

Por força da Ação Civil Pública n.º 0106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, houve inclusão do Art. 21-A, com as seguintes determinações:

Art. 21-A Sem prejuízo das informações do art. 21, nas autorizações de descontos decorrentes da celebração de contratos de Cartão de Crédito com Reserva de Margem Consignável, o contrato firmado entre o beneficiário do INSS e a instituição consignatária deverá, obrigatoriamente, nos termos da decisão homologatória de acordo firmado na Ação Civil Pública nº 0106890-28.2015.4.01.3700, ser acompanhado de Termo de Consentimento Esclarecido – TCE, que constará de página única, reservada exclusivamente para tal documento, constituindo-se instrumento apartado de outros que formalizem a contratação do Cartão de Crédito Consignado, e conterá, necessariamente:

I - expressão "TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO DO CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO", inserida na parte superior do documento e com fonte em tamanho quatorze;



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

II - abaixo da expressão referida no inciso I do caput, em fonte com tamanho onze, o texto: "Em cumprimento à sentença judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 106890-28.2015.4.01.3700, 3ª Vara Federal da Seção Judiciária de São Luís/MA, proposta pela Defensoria Pública da União";

III - nome completo, CPF e número do benefício do cliente;

IV - logomarca da instituição financeira;

V - imagem em tamanho real do cartão de crédito contratado, ainda que com gravura meramente ilustrativa;

VI - necessariamente como última informação do documento, espaço para preenchimento de local, data e assinatura do cliente;

VII - as seguintes inscrições, todas registradas em fonte com tamanho doze e na ordem aqui apresentada:

a) Contratei um Cartão de Crédito Consignado;

b) Fui informado que a realização de saque mediante a utilização do meu limite do Cartão de Crédito Consignado ensejará a incidência de encargos e que o valor do saque, acrescido destes encargos, constará na minha próxima fatura do cartão;

c) A diferença entre o valor pago mediante consignação (desconto realizado diretamente na remuneração/benefício) e o total da fatura poderá ser paga por meio da minha fatura mensal, o que é recomendado pelo (nome da instituição financeira), já que, caso a fatura não seja integralmente paga até a data de vencimento, incidirão encargos sobre o valor devido, conforme previsto na fatura;

d) Declaro ainda saber que existem outras modalidades de crédito, a exemplo do empréstimo consignado, que possuem juros mensais em percentuais menores;
Página 16 de 37

e) Estou ciente de que a taxa de juros do cartão de crédito consignado é inferior à taxa de juros do cartão de crédito convencional; (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)

f) Sendo utilizado o limite parcial ou total de meu cartão de crédito, para saques ou compras, em uma única transação, o saldo devedor do cartão será liquidado ao final de até (número de meses), contados a partir da data do primeiro desconto em folha, desde que: (incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018)



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

1. eu não realize outras transações de qualquer natureza, durante todo o período de amortização projetado a partir da última utilização;

2. não ocorra a redução/perda da minha margem consignável de cartão;

3. os descontos através da consignação ocorram mensalmente, sem interrupção até o total da dívida;

4. eu não realize qualquer pagamento espontâneo via fatura; e

5. não haja alteração da taxa dos juros remuneratórios;

g) Para tirar dúvidas acerca do contrato ora firmado, inclusive sobre informações presentes neste Termo de Consentimento, o cliente poderá entrar em contato gratuitamente com o (nome da instituição financeira) através do Serviço de Atendimento ao Consumidor – SAC (identificar número telefônico) e de sua Ouvidoria (identificar número telefônico(incluído pela Instrução Normativa nº 100 /PRES/INSS, de 28/12/2018))

Não há, portanto, nem mesmo no âmbito do INSS previsão que autorize a instituição financeira a impor a forma de pagamento do cartão de crédito apenas em parcela mínima, havendo da mesma forma, violação às regras vigentes acerca do empréstimo mediante cartão de crédito consignado.

Atenciosamente,


MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Presidência
Diretoria De Benefícios

DESPACHO

Diretoria De Benefícios, em 20/01/2020.

Ref.: Processo
nº 35000.002513/2019-
58

Int.: JUIZADO ESPECIAL
CÍVEL DE UNIÃO DA
VITÓRIA - POSTO
AVANÇADO BITURUNA
- PROJUDI

Ass.: NOTIFICAÇÃO
INSTITUIÇÃO
BANCÁRIA -
IRREGULARIDADE NA
OPERACIONALIZAÇÃO
DO CARTÃO DE
CRÉDITO - AÇÃO
JUDICIAL.

1. Ciente.

2. Ao Serviço Técnico Administrativo da Diretoria de Benefícios - STADB para que anexem comprovante de envio e recebimento em relação ao Ofício n. 677/DIRBEN/INSS, bem como, se houve apresentação de defesa anexando no presente processo.

MARCIA ELIZA DE SOUZA
Diretora de Benefícios



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ELIZA DE SOUZA, Diretor(a)**, em 20/01/2020, às 23:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site



https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0228218** e o código CRC **B0290D8A**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.002513/2019-58

SEI nº 0228218

**Correios****AVISO DE
RECEBIMENTO****AR**

DATA DE POSTAGEM

UNIDADE DE POSTAGEM

DESTINATÁRIO
BANCO BMG
AVENIDA BRIGADEIRO FARIA LIMA 9º
ITAIM BIBI
04538-133 - SÃO PAULO - SP

01500

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO DO AR
DIRETORIA DE BENEFÍCIO
SAUS QUADRA 2 BLOCO O 816
ASA SUL
70070-946 - BRASÍLIA - DF**JU 39608345 8 BR**

TENTATIVAS DE ENTREGA

OBSERVAÇÃO

1ª _____ h
2ª _____ h
3ª _____ h**MOTIVO DE DEVOLUÇÃO**

<input type="checkbox"/> 1 Mudou-se	<input type="checkbox"/> 5 Recusado
<input type="checkbox"/> 2 Endereço insuficiente	<input type="checkbox"/> 6 Não procurado
<input type="checkbox"/> 3 Não existe o número	<input type="checkbox"/> 7 Ausente
<input type="checkbox"/> 4 Desconhecido	<input type="checkbox"/> 8 Falecido
<input type="checkbox"/> 9 Outros	

RUBRICA E MATRÍCULA DO
CARTEIROHenrique Nunes
Matr 89177800

ASSINATURA DO RECEBEDOR

Emerson Santos da Silva

DATA DE ENTREGA

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR

RG: 36.301.908-X

Nº DOC. DE IDENTIDADE



INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Diretoria De Benefícios
Coordenação-Geral De Pagamentos e Gestão De Serviços Previdenciários
Coordenação De Pagamentos e Gestão De Benefícios
Divisão De Consignações em Benefícios

DESPACHO

Divisão De Consignações em Benefícios, na data da assinatura eletrônica.

Ref.: Processo nº 35000.002513/2019-58.

Int.: BANCO BMG S.A.

A s s .: Apuração de irregularidades -
Processo SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41.

1. Visto.
2. De ordem do Coordenador-Geral de Pagamentos e Gestão de Serviços Previdenciários (CGPGSP), Sr. Sérgio Cheque Bernardo, procedeu-se a unificação dos processos em trâmite no SEI/INSS desta DCBEN para fins de apuração administrativa de possíveis irregularidades cometidas pelo Banco BMG S.A. no Processo Principal SEI/INSS n.º 35014.398192/2021-41, **conclui-se** o presente processo no estado em que se encontra dada a anexação ao Processo Principal, sem prejuízo do andamento do referido processo apuratório, à luz dos normativos em vigor que regem a operacionalização de empréstimos consignados de beneficiários do RGPS.

assinado eletronicamente

MÁRCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS

Técnico do Seguro Social

Servidor colaborando na Divisão de Consignações em Benefícios
DCBEN/CPGB/CGPGSP/DIRBEN/INSS



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO LEVY BARBOSA DOS SANTOS, Técnico do Seguro Social**, em 08/11/2021, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.inss.gov.br/sei/controlador_externo.php?



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **5464176** e o código CRC **154105B3**.

Referência: Caso responda este Despacho, indicar expressamente o Processo nº 35000.002513/2019-58

SEI nº 5464176